

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**André Antônio Camargo Lorenzoni**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Morais</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	Procurador de Justiça <i>Silvio Amaral Nogueira de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, das Pessoas

com Deficiência, das Pessoas Idosas e dos Direitos Humanos

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4604/2024-PGJ, DE 4.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 30.8.2024, por 30 (trinta) dias.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4605/2024-PGJ, DE 4.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Nayara Lino Ruas, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 30.8 a 29.10.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4606/2024-PGJ, DE 4.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 2.9.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Eliane de Azevedo Duarte, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 4607/2024-PGJ, DE 4.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário:

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Eliane de Azevedo Duarte	Técnica I/Administrativa	2.9.2024

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**

**PORTARIA Nº 4483/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Elizângela Cristina Paes da Silva por meio da Portaria nº e-1133/2023-PGJ, de 5.10.2023, que seriam usufruídas de 8 a 17.7.2024, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4484/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto por meio da Portaria nº 4847/2023-PGJ, de 12.9.2023, com redação dada pela Portaria nº 6817/2023-PGJ, de 11.12.2023, que seriam usufruídas de 10 a 19.7.2024, a serem usufruídas de 20 a 29.1.2025, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4490/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Luciana Souza Zanardo por meio da Portaria nº e-260/2024-PGJ, de 4.3.2024, que seriam usufruídas de 5 a 14.8.2024, a serem usufruídas de 4 a 13.11.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4491/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Silvio Cesar Siravegna por meio da Portaria nº e-1116/2023-PGJ, de 2.10.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.7.2024, a serem usufruídas de 4 a 13.11.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4499/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.7.2024, as férias concedidas ao servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato concedidas por meio da Portaria nº 4348/2023-PGJ, de 29.8.2023, com suas modificações, a serem usufruídas de 4 a 6.11.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4508/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Aline Reginaldo de Souza por meio da Portaria nº e-1696/2023-PGJ, de 18.12.2023, que seriam usufruídas de 5 a 14.8.2024, a serem usufruídas de 1º a 10.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4509/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E:**

Alterar as férias concedidas ao servidor Wagner André Parizotto por meio da Portaria nº e-531/2024-PGJ, de 13.5.2024, que seriam usufruídas de 19 a 28.8.2024, a serem usufruídas de 6 a 15.3.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4511/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E:**

Conceder férias regulamentares à servidora Yasmin Borges Brito, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4512/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E:**

Alterar as férias concedidas à servidora Tamires Aparecida Nascimento Firigato Fochi por meio da Portaria nº 5405/2023-PGJ, de 3.10.2023, com suas modificações, que seriam usufruídas de 21 a 23.8.2024, a serem usufruídas de 8 a 10.1.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4521/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E:**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 6.8.2024, as férias concedidas à servidora Laura Aparecida Soares Pedroso por meio da Portaria nº e-879/2023-PGJ, de 24.7.2023, com redação dada pela Portaria nº 209/2024-PGJ, de 18.1.2024, a serem usufruídas de 1º a 9.11.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4526/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso por meio da Portaria nº e-1568/2023-PGJ, de 27.11.2023, que seriam usufruídas de 12 a 21.8.2024, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4536/2024-PGJ, DE 28.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Fabiana Pereira da Silva por meio da Portaria nº e-1030/2024-PGJ, de 24.7.2024, que seriam usufruídas de 22 a 31.8.2024, a serem usufruídas de 29.10 a 7.11.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4556/2024-PGJ, DE 30.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Nayara Lino Ruas por meio da Portaria nº e-110/2024-PGJ, de 1º.2.2024, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas (...) de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.10.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas (...) de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 16 a 25.10.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4558/2024-PGJ, DE 30.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Sandra Maria Albino de Souza Garcia por meio da Portaria nº e-525/2024-PGJ, de 10.5.2024, que seriam usufruídas de 30.9 a 9.10.2024, a serem usufruídas de 16 a 25.10.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4559/2024-PGJ, DE 30.8.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares ao servidor Paulo Matias Guimarães, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 25.11 a 4.12.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 21 a 30.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4567/2024-PGJ, DE 2.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Liza Lacerda de Barros por meio da Portaria nº e-1195/2023-PGJ, de 23.10.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1002/2024-PGJ, de 19.7.2024, que seriam usufruídas de 21 a 30.10.2024, a serem usufruídas de 13 a 22.1.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4568/2024-PGJ, DE 2.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Suzana Costa Val Gomide Baroli por meio da Portaria nº e-1198/2023-PGJ, de 23.10.2023, com suas modificações, que seriam usufruídas de 7 a 16.10.2024, a serem usufruídas de 9 a 18.9.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4569/2024-PGJ, DE 2.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Luciane Freitas de Lima por meio da Portaria nº e-119/2024-PGJ, de 2.2.2024, que seriam usufruídas de 13 a 22.1.2025, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4570/2024-PGJ, DE 2.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Auriely Ramirez Abadie por meio da Portaria nº e-1426/2023-PGJ, de 13.11.2023, que seriam usufruídas de 9 a 18.9.2024, a serem usufruídas de 19 a 28.2.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4571/2024-PGJ, DE 3.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Amanda Stephany Julio Barbosa por meio da Portaria nº e-1364/2023-PGJ, de 30.10.2023, com redação dada pela Portaria nº 2159/2024-PGJ, de 7.5.2024, que seriam usufruídas de 2 a 11.9.2024 e de 14 a 23.10.2024, a serem usufruídas de 26.11 a 5.12.2024 e de 7 a 16.1.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4572/2024-PGJ, DE 3.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Larissa Regina Souza Valdivino por meio da Portaria nº e-266/2024-PGJ, de 4.3.2024, com redação dada pela Portaria nº 1602/2024-PGJ, de 11.4.2024, que seriam usufruídas de 5 a 14.9.2024, a serem usufruídas de 4 a 13.9.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4588/2024-PGJ, DE 3.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Elaine Cristina França Tavares Flor por meio da Portaria nº e-1695/2023-PGJ, de 18.12.2023, que seriam usufruídas de 8 a 17.1.2025, a serem usufruídas de 9 a 18.12.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4594/2024-PGJ, DE 3.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº e-1148/2024-PGJ, de 2.9.2024, que interrompeu as férias da servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas de 12 a 14.8.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 8 a 10.10.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1155/2024/PJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Adilson Arruda Leao, a serem usufruídas de 7 a 16.1.2025 e de 14 a 23.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 20 a 29.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1156/2024/PJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jonathan Bruno Dos Santos Silva, a serem usufruídas de 18.11 a 7.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 9 a 18.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1157/2024/PJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Enrique Goncalves de Souza, a serem usufruídas de 29.10 a 17.11.2024 e de 11 a 20.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1158/2024/PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jeferson Willian Turchiello, a serem usufruídas de 18 a 27.11.2024 e de 7 a 16.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 4 a 13.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1159/2024/PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, a serem usufruídas de 14.7 a 2.8.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1160/2024/PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luanna Catina Filete Nogueira, a serem usufruídas de 18 a 27.11.2024 e de 10 a 19.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 4 a 13.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1161/2024/PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Claudia Cintra Pereira Neves Regasso, a serem usufruídas de 5 a 14.11.2024, de 8 a 17.1.2025 e de 7 a 16.4.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



PORTARIA Nº e-1162/2024/PGJ, DE 5.9.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Raissa Bernardino Campos, a serem usufruídas de 2 a 11.12.2024 e de 18 a 27.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 13 a 22.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 43/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00009209-2

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Delegacia de Polícia Civil de Camapuã/MS, representada por seu Delegado de Polícia, Leonardo Antunes Ballerini Fernandes

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 19 de julho de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Botijão de gás	2
TOTAL DE ITENS		2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00007345-4

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;

2- ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., representada por João Carlos Orestes.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 57, inciso IV, e artigo 65, § 8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato nº 140/PGJ/2022, por mais 12 (doze) meses, e reajuste do valor contratual pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE.

Valor contratual mensal: R\$ 63.161,57 (sessenta e três mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Vigência: 07.12.2024 até 07.12.2025.

Data de assinatura: 5 de setembro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0047/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00115041-0 em que constam como investigada Bruna Ramires Olivo Elias e vítima Kemile Kettlynn Pereira do Vau, conforme se transcreve: “Diante disso e na ausência de justa causa para a propositura de ação penal, dada a ausência de indícios de autoria, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial, pelas razões acima apontadas, ressalvada a hipótese prevista no art. 28 do Código de Processo Penal.”.

Campo Grande/MS, 03 de setembro de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2023.00189048-4****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Flávio Rosa Mendes quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0923238-10.2023.8.12.0001, em que consta como vítima Flávio Rosa Mendes, conforme se transcreve: “...não havendo justa causa para ação pena, promove o ARQUIVAMENTO do presente em relação ao delito descrito no artigo 155, *caput*, e artigo 311, ambos do C.P, pelas razões já expostas com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal”.

Campo Grande/MS, 02 de setembro de 2024.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2020.00162461-1****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Edmeya Almeida de Souza quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0029252-40.2020.8.12.0001, em que constam como vítimas Igor Matheus Almeida de Souza e Edmeya Almeida de Souza, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, não havendo justa causa para ação penal, o Ministério Público, por seu representante, deixa de ofertar denúncia, requerendo o arquivamento do presente, com fundamento no art. 28 do CPP”.

Campo Grande/MS, 02 de setembro de 2024.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2024.00024153-1****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Leandro Poussan Taveira Vilela quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0907738-64.2024.8.12.0001, em que consta como vítima Leandro Poussan Taveira Vilela, conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual DECIDE PELO ARQUIVAMENTO do presente feito, ressalvado disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande/MS, 03 de setembro de 2024.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2024.00020250-5****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Maria Cecília Ogusuku Pascoal quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900848-12.2024.8.12.0001, em que consta como vítima Maria Cecília Ogusuku Pascoal, conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual DECIDE PELO ARQUIVAMENTO do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande/MS, 03 de setembro de 2024.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2024.00164751-0****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Rosana Sandri Eleuterio de Souza quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0927630-56.2024.8.12.0001, em que consta como vítima Jorge Luiz Eleuterio de Souza, conforme se transcreve: “Por todo o exposto e pelo que mais dos autos consta, esta representante do Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, ARQUIVA o presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 05 de setembro de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI  
Promotora de Justiça

**EDITAL N. 0009/2024/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000806-0

REQUERENTE: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

ASSUNTO: Apurar a regularização da oferta de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos aos pacientes oncológicos da Especialidade de Cabeça e Pescoço da Rede Pública de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 29 de agosto de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL N. 0010/2024/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000807-1

REQUERENTE: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretarias Municipal e Estadual de Saúde.

ASSUNTO: Apurar a regularização da oferta de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos aos pacientes com fissura labiopalatina (PFL).

Campo Grande, MS, 02 de setembro de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919441-89.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.L.M.<sup>2</sup> e vítima(s) S.A.B., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 3 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925760-73.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.S.O.<sup>4</sup> e vítima(s) C.S.C., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 3 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925977-19.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.G.P.S.<sup>6</sup> e vítima(s) D.P.P.S., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 3 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0846553-25.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) P.H.S.<sup>8</sup> e vítima(s) C.G.S., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 3 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento referente ao Inquérito Policial n. 1361/2024-1DEAM, autos n. 0922353-59.2024.8.12.0001, em que consta como vítima Idaiane Araújo de Moraes, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de justa causa, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”.

Campo Grande, 5 de setembro de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento referente ao Inquérito Policial n. 92/2022-2DP-CG, autos n. 0014481-86.2022.8.12.0001, em que consta como vítima Cristiane Prestes e como investigada Nathalia de Souza Brizueña, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em virtude da ausência de fato típico, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia, em virtude da inexistência de autoria e materialidade e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”.

Campo Grande, 5 de setembro de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJº, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Everton de Oliveira Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925636-90.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Everton de Oliveira Souza e vítima J.E.C.A, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA  
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Matheus Fernandes de Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925335-46.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Matheus Fernandes de Souza e vítima F.L.N, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Jonatan Landiva Soares a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0916108-66.2023.8.12.0001, em que consta como investigado Jonatan Landiva Soares e vítima J.L.S, conforme se transcreve: “verifica-se que não há justa causa para o ajuizamento da ação penal, diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória, sem prejuízo do disposto do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>12</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Agnaldo Cabreira de Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0917542-90.2023.8.12.0001, em que consta como investigado Agnaldo Cabreira de Souza e vítima M.S.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

12 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>13</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Carlos Roberto Sirqueira dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925196-94.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Carlos Roberto Sirqueira dos Santos e vítima M.A.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>14</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados Maicon Souza Felício e Marcos Felício a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925434-16.2024.8.12.0001, em que constam como investigados Maicon Souza Felício e Marcos Felício e vítima M.E.M.N, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>15</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Mario José Rosa dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925774-57.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Mario José Rosa dos Santos e vítima M.R.A.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

13 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

14 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

15 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>16</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Lenilson Francisco da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925423-84.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Lenilson Francisco da Silva e vítima A.C.C, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>17</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Mario José Rosa dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925769-35.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Mario José Rosa dos Santos e vítima M.S.K, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>18</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Nathan Henrique Ribeiro Bispo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925962-50.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Nathan Henrique Ribeiro Bispo e vítima A.M.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

16 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

17 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

18 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>19</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Pericles Gabriel de França a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925961-65.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Pericles Gabriel de França e vítima C.M.A, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>20</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Jeferson do Carmo Pereira Andrade a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0840878-81.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Jeferson do Carmo Pereira Andrade e vítima E.F.S.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>21</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Nilo Faustino Jara a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0924299-66.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Nilo Faustino Jara e vítima K.M.S, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

19 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

20 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

21 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 67ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0919812-87.2023.8.12.0001 e SAJMP nº 08.2023.00154215-7, em que constam como vítima Samuel Pedro Gomes Teixeira Rocha e investigada Lais Nogueira Reis, conforme se transcreve: "Diante do exposto, ante a ausência de condição de procedibilidade para o prosseguimento da investigação quanto ao crime de injúria qualificada (art. 140, §3º, CP) e ausência de justa causa para o oferecimento de denúncia quanto a contravenção penal de omissão de cautela na guarda de animal (art. 31 do Decreto-Lei nº 3.688/41), o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, por intermédio de seu Promotor de Justiça signatário, requer o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial."

Campo Grande, 30 de agosto de 2024.

PAULA DA SILVA VOLPE

Promotora de Justiça

## EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

A 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmada nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00001542-0, em defesa das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, na data de 9 de maio de 2023, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissários Residencial Magnólia e Erbe Incorporadora 037 S.A..

Objeto do TAC - garantir acessibilidade no Condomínio Residencial Magnólia, visando adequar as condutas dos Compromissários às exigências legais, mediante as seguintes cláusulas: "(...) CLÁUSULA 2ª: O Compromissário RESIDENCIAL MAGNÓLIA assume, integral e exclusivamente, a obrigação de realizar as obras necessárias no Condomínio Residencial Magnólia, conforme apontamentos realizados nas vistorias realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) no Relatório de Vistoria de Acessibilidade nº 09/2021 (fls. 58-71) e Relatório de Retorno de Acessibilidade (fls. 365-371), executando as adequações para garantir a acessibilidade nos seguintes pontos: a) A calçada, próxima a guarida danificada; b) Obstáculo continua obstruindo acesso pela guarita; c) Estacionamento está danificado e sem demarcações visíveis das vagas; d) Ausência de sinalização tátil na faixa de acesso após a guarita e na área comum do condomínio; e) Áreas de captação de água sem guarda-corpo; f) Acesso ao playground sem faixa de pedestres; g) Acesso ao salão de festas não adaptado; h) Rampa de acesso, do estacionamento para faixa de acesso, sem corrimão e sem sinalização tátil em seu início e fim. Nas demais áreas continua sem rampa de acesso aos blocos; CLÁUSULA 3ª: O Compromissário RESIDENCIAL MAGNÓLIA se compromete a iniciar as obras para realizar as adequações necessárias no condomínio, no prazo de 03 (três) meses, contados da data em que for realizado o depósito do valor destinado ao custeio da reforma pela compromissária ERBE INCORPORADORA, executando as obras sem interrupções até a sua conclusão, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) meses contados da data em que for realizado o depósito do valor destinado ao custeio da reforma pela compromissária ERBE INCORPORADORA. CLÁUSULA 4ª: A Compromissária ERBE INCORPORADORA 037 S.A. não assume a obrigação de realizar obras de adequação às normas de acessibilidade no Condomínio Residencial Magnólia, no entanto, assume, sem admissão de culpa, a obrigação de pagar a quantia de R\$ 447.400,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quatrocentos reais) mediante depósito na conta bancária nº 0003054-3, agência nº 0017, operação 003, Banco Caixa Econômica Federal, de titularidade do Compromissário RESIDENCIAL MAGNÓLIA, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que este último execute integralmente as obras para adequação da acessibilidade, encaminhando comprovante de pagamento a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que for cumprida a sua obrigação. PARÁGRAFO 1º: A assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta por parte da Compromissária ERBE INCORPORADORA 037 não implica em qualquer reconhecimento de irregularidade ou ilegalidade em sua conduta, entendendo ter cumprido todas as normas vigentes à época de sua atuação no que diz respeito à acessibilidade do Condomínio Residencial Magnólia. PARÁGRAFO 2º: O depósito da quantia prevista nessa cláusula implica na quitação integral e sem ressalvas das obrigações assumidas pela Compromissária ERBE INCORPORADORA 037, não permanecendo responsável pela construção, auxílio técnico, fiscalização, vistoria, ou qualquer outra obrigação referente às obras de adequação do Condomínio Residencial Magnólia, assim como não se obrigando ao financiamento de qualquer quantia que se julgue



posteriormente necessária para conclusão das obras. CLÁUSULA 5ª: O Compromissário RESIDENCIAL MAGNÓLIA se obriga a remeter a esta Promotoria de Justiça relatório circunstanciado contendo a comprovação de conclusão das obras e adequação às normas de acessibilidade e cumprimento das obrigações assumidas, em até 30 (trinta) dias após a conclusão das obras, para fins de fiscalização e acompanhamento do cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta. CLÁUSULA 6ª: O descumprimento por atraso de quaisquer obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, pelo Compromissário RESIDENCIAL MAGNÓLIA, de forma injustificada, importará na incidência da multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), limitada a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por obrigação inadimplida, incidindo este valor no caso de descumprimento das obrigações assumidas, isoladamente, sem que esta multa substitua o dever de cumprimento da obrigação específica violada. CLÁUSULA 7ª: O descumprimento por atraso da obrigação assumida neste Termo de Ajustamento de Conduta pela Compromissária ERBE INCORPORADORA 037 S.A., de forma injustificada, importará na incidência da multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), limitada a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), incidindo este valor no caso de descumprimento da obrigação assumida, isoladamente, sem que esta multa substitua o dever de cumprimento da obrigação específica violada (depósito de valor destinado à execução das obras pelo Condomínio), sobre a qual deverão incidir juros legais e correção monetária pelo índice IPCA, calculado por dias de atraso, até a data da execução do depósito respectivo."

Campo Grande, 7 de junho de 2024.

PAULO CÉSAR ZENI  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2021.00086627-0**

#### **EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Maria de Fátima Rodrigues Leite quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0016274-94.2021.8.12.0001, em que constam como investigada Polyana Rodrigues Leite e como vítima A. C. R. L., conforme se transcreve: "Ante o exposto, com fulcro no art. 18 do CPP e observadas as formalidades legais, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial, em decorrência do esgotamento do objeto da investigação, bem como por não se vislumbrar, ao menos por ora, elementos para o oferecimento da Denúncia".

Campo Grande/MS, 02 de setembro de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2021.00102314-5**

#### **EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Sirlan Ferreira dos Santos quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0018939-83.2021.8.12.0001, em que constam como investigado Sirlan Ferreira dos Santos e vítima M. C. S. C., conforme se transcreve: "Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP".

Campo Grande/MS, 29 de agosto de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>22</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento da Inquérito Policial nº 08.2024.00161686-0 (Autos nº 0001224-14.2024.8.12.0004), em que constam como investigado Claudemir Teixeira<sup>23</sup>, e como vítima, Marley da Silva Arevalo, conforme se transcreve: "Assim, por entender que não há indícios suficientes para o devido processo legal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, ressalvando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Finalidade: Cientificar a vítima, Marley da Silva Arevalo.

Amambai/MS, 03 de setembro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

**BANDEIRANTES****PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 0001/2024/34 ZE/BND**

(art. 58 e seguintes da Portaria PGR/PGE n. 001/2019)

Autos SAJMP n. 06.2024.00000817-1

Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE, e;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

Considerando as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

Considerando que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

Considerando que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, visando à propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal, conforme art. 58, da referida Portaria;

Considerando que chegou ao conhecimento do Ministério Público Eleitoral a informação de que a atual administração pública de Rochedo/MS realizou divulgações nas redes sociais e no site do ente público da existência de eventos com shows nos dias 02/08/2024 e 07/09/2024, contendo a identidade visual da Prefeitura Municipal, o que pode configurar conduta vedada prevista na Lei n. 9.504/1997;

<sup>22</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>23</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais



Considerando que na Notícia de Fato Eleitoral n. 01.2024.00006068-9 foram solicitadas informações essenciais não respondidas pelo Município de Rochedo/MS, de modo que há necessidade de requisitá-las com as advertências legais;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL com o objetivo de apurar suposto ilícito eleitoral previsto no art. 73, da Lei n. 9.504/1997, decorrente de condutas vedadas em relação à publicidade institucional e promoção pessoal praticadas, em tese, pelo atual gestor de Rochedo/MS.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio como público, pois desnecessário o sigilo (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Oficie-se ao Município de Rochedo/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, requisitando as informações constantes no ofício n. 0004/2024/34ZE/BND, com o prazo de 10 (dez) dias, advertindo-lhe de que sua inércia injustificada poderá ser compreendida como ausência de tais documentos e informações, além de eventual descumprimento do ordenamento jurídico, assim como carrear possíveis crimes tipificados no ordenamento jurídico (art. 330 do CP, art. 10, da Lei n. 7.347/1985 e art. 32 da Lei n. 12.527/2011);
4. Oficie-se ao diretor da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias, cópia de eventual convênio/termo de fomento/ato administrativo correspondente firmado com o Município de Rochedo/MS, para contratação/realização de eventos artísticos/shows neste ano de 2024;
5. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Bandeirantes/MS, 04 de setembro de 2024.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor Eleitoral da 34ª Z.E.

## BATAYPORÃ

### EDITAL Nº 0034/2024/PJ/BIP

### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>24</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900226-49.2024.8.12.0027, em que consta como investigado Antônio Barbosa da Silva e vítima Márcia Domingos de Assis, conforme se transcreve: “requer a remessa dos autos ao arquivo provisório, em que deverá ser aguardado o prazo decadencial de 6 (seis) meses para propositura de ação penal privada. Outrossim, consumado o prazo decadencial (29/10/2024), nos termos do artigo 103 do Código Penal, pugno pelo reconhecimento da decadência, com o consequente arquivamento do feito”.

Batayporã, 03 de setembro de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

24 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL N° 0074/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: 67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2024.00000671-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Valdir da Silva Machado

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 18,93 hectares, dos quais 7,94 hectares sobrepuseram área declarada como Reserva Legal e 0,07 hectares sobrepuseram área declarada como Área de Preservação Permanente, na Fazenda Boa Sorte e Fazenda Fartura (CARMS0008314), em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 22/24/NUGEO.”

Bela Vista/MS, 18/07/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

---

**BONITO**

---

**EDITAL N. 0080/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Inquérito Civil n. 06.2024.00000482-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Selma Martins Moraes

Assunto: Analisar irregularidade na venda de uma chácara no Rio Anhumas por meio de imobiliária

Bonito – MS, 26 de agosto de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0081/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000564-1

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Sueli Monteiro dos Santos Azevedo

Assunto: Analisar o turvamento do Rio Mimoso, supostamente praticado pelas intervenções da empresa Via Magna, a qual está fazendo o asfalto na região.

Bonito – MS, 26 de agosto de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça



---

**CAARAPÓ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>25</sup>, comunica à investigada Vitória Menegassi Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900586-06.2023.8.12.0031, em que consta como investigada Vitória Menegassi dos Santos e vítimas Juliana Tenório Mendes, Marcio Peralta Mota e outros, conforme se transcreve: “o Ministério Público requer o arquivamento do presente Inquérito Policial, por falta da condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação penal”.

Caarapó-MS, 04 de setembro de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>26</sup>, comunica à vítima Patricia dos Reis a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900586-06.2023.8.12.0031, em que consta como investigada Vitória Menegassi dos Santos e vítimas Juliana Tenório Mendes, Marcio Peralta Mota e outros, conforme se transcreve: “o Ministério Público requer o arquivamento do presente Inquérito Policial, por falta da condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação penal”.

Caarapó-MS, 04 de setembro de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL 0006/2024/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000539-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Giovani Saccardo Clemente.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de árvores nativas isoladas de 217 hectares, na Fazenda Nova Era e Iporã, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 013190/2023/IMASUL e Laudo de Constatação n. 016770/2023/IMASUL.

Caarapó-MS, 03 de setembro de 2024.

ARTHUR DIAS JUNIOR  
Promotor de Justiça

---

25 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

26 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

**PORTARIA Nº 0001/2024/28 ZE/CRP****PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 06.2024.00000851-6**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, visando à propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal, conforme art. 58 da referida Portaria;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público Eleitoral, por meio de manifestação anônima cadastrada na Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a informação de que pode ter havido a prática de conduta vedada por parte do Prefeito Municipal de Caarapó/MS, *André Luis Nezzi de Carvalho*;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL com o objetivo de apurar eventual prática de conduta vedada, prevista no art. 73 da Lei nº 9.504/97, em tese, cometida por *André Luis Nezzi de Carvalho*.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;

2. Expeça-se novo ofício ao Prefeito Municipal de Caarapó/MS, requisitando o encaminhamento de informações sobre o preenchimento dos cargos criados por meio da Lei Complementar nº 105/2024, mencionado no ofício nº 235/2024, especialmente em relação às datas das nomeações e nome dos servidores nomeados, encaminhando documento comprobatório (inclusive as respectivas publicações). Deverá constar no ofício que a resposta deverá ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias e que eventual prorrogação será deferida apenas mediante solicitação justificada, nos termos do § 1º do art. 74 da Portaria PGE nº 01/2019;

3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico (art. 76, parágrafo único, inciso I, da Portaria PGE nº 01/2019).

Cumpra-se.

Caarapó/MS, 04 de setembro de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor Eleitoral



---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 5/2024/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2024.00005428-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2024.00005428-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Camapuã

Nível de sigilo: Público

Assunto: *Acompanhar a realização de visitas e inspeções à Delegacia de Polícia de Camapuã e demais atos relacionados ao exercício do Controle Externo da Atividade Policial na referida unidade, durante o exercício de 2024.*

Camapuã - MS, 3 de setembro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL Nº 0061/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000819-3.

Representante: IBAMA

Representado: TMG SIDERURGIA LTDA

Assunto: *Apurar e colher informações acerca de eventual não reposição florestal obrigatória correspondente ao volume de 10.997 mdc<sup>3</sup> (metros cúbicos de carvão vegetal) pela empresa TMG Siderurgia LTDA, gerando danos ao meio ambiente, conforme Processo Número 02014.000427/2006-88 (IBAMA), Auto de Infração sob o nº YJE90V5D – Ação JJBPGVQ.*

Corumbá/MS, 02 de setembro de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>27</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901290-88.2023.8.12.0008, em que constam como vítima T. P. de O. e investigado P. C. O. P., conforme se transcreve: “Dessa forma, considerando que é necessária justa causa para o oferecimento de uma denúncia e que os elementos de informação angariados são desencontrados, o Ministério Público promove o arquivamento do feito.”

Corumbá-MS, 04 de setembro de 2024.

MANOEL VERIDIANO FUKUARA REBELLO PINHO  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>28</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901779-28.2023.8.12.0008, em que constam como vítima P. T. R. P. e investigado L. M. de A., conforme se transcreve: “Assim, à míngua de base estável para a deflagração de uma ação penal e de meios de obtê-la sem a colaboração da vítima, o Ministério Público promove o arquivamento do delito.”

Corumbá-MS, 04 de setembro de 2024.

MANOEL VERIDIANO FUKUARA REBELLO PINHO  
Promotor de Justiça

## FÁTIMA DO SUL

### EDITAL Nº 0015/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009297-0 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009297-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: ESPÓLIO DE SAMIR NAMETALA REZEK, representado pela inventariante Sra. Sandra Velludo Rezek;

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta e Aditamento firmado no Inquérito Cível n. 06.2020.00000100-7 celebrado com o COMPROMISSÁRIO ESPÓLIO DE SAMIR NAMETALA REZEK, representado pela inventariante Sra. Sandra Veludo Rezek, visando a recuperação das áreas de mata atlântica suprimidas, degradadas ou alteradas, sem autorização ambiental, junto a Fazenda Jateí, situada na cidade de Jateí/MS.

Fátima do Sul/MS, 03 de setembro de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

27 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

28 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 0035/2024/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2023.00001227-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Azevedo de Barros, Antonio Carlos Azevedo de Barros, Rodrigo Azevedo de Barros, Cláudio Roberto Vieiro, Prefeitura de Municipal de Iguatemi-MS - Assistência Social, Município de Iguatemi - MS

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,75 hectares em área declarada como Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Tolardo III, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 383/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Iguatemi, 29 de agosto de 2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL N° 0004/2024/01PJ/IVH**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2024.00000853-8, mediante conversão da Notícia de Fato n.º 01.2024.00004592-2, que está à disposição de quem possa interessar, podendo ser consultado através do site: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

Inquérito Civil N° 06.2024.00000853-8.

Requerente: Maria Heloisa Xavier Pereira da Silva.

Requeridos: Município de Ivinhema/MS, Marcelo Balduino Advocacia S.S, Suzini de Paula, Sociedade Individual de Advocacia, Souza, Ferreira e Novaes Sociedade de Advogados.

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades na contratação de escritórios de advocacia, mediante inexigibilidade de licitação, pelo Município de Ivinhema/MS

Ivinhema/MS 05 de setembro de 2024

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça



---

**MARACAJU**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima K.N.D.S. da decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos n. 08.2024.00061453-3/0900175-77.2024.8.12.0014, em que constam como investigado A.S.D.S, e vítima K.N.D.S., conforme se transcreve:

"Sendo assim, havendo dúvida fundada acerca da materialidade delitiva, o Ministério Público Estadual, através de seu Promotor de Justiça infra-assinado, requer seja determinado o arquivamento destes autos, em razão da falta de elementos de prova aptos a permitir a persecução penal, com a ressalva de que, na eventualidade de outros elementos de prova serem descobertos, tal investigação venha a ser reaberta, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal."

Outrossim, cientifica-se a vítima que caso discorde da decisão acima, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, apresentar pedido de revisão da decisão a esta Promotoria de Justiça, com a possibilidade de apresentação de eventuais fatos novos, diligências e testemunhas que possam colaborar para a elucidação dos fatos, nos termos do art. 5º, § 7º e art. 6º, § 6º, da Resolução n. 43/2023-PGJ.

Maracaju-MS, 04 de setembro de 2024.

DANIEL PÍVARO STADNIKY  
Promotor de Justiça

---

**MIRANDA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>29</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados/vítimas a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900009-42.2024.8.12.0015, em que constam como investigado D. de A. L. e vítima M. E. J. L.<sup>30</sup>, conforme se transcreve: "Firme em tais premissas, vislumbra-se que o Ministério Público ficou desprovido de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia diante da ausência de justa causa, a teor do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal. Posto isso, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação".

Miranda/MS, 03 de setembro de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA  
Promotora de Justiça

---

29 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

30 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>31</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados/vítimas a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0001831-62.2022.8.12.0015, em que constam como investigado O. D. R. e vítima L. O. da S.<sup>32</sup>, conforme se transcreve: “Firme em tais premissas, vislumbra-se que o Ministério Público ficou desprovido de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia diante da ausência de justa causa, a teor do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal. Posto isso, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação”.

Miranda/MS, 03 de setembro de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art.5º, § 2º, da Resolução nº43/2023-PGJ<sup>33</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Processo de Apuração de Ato Infracional autuado sob o nº 0000138-09.2023.8.12.0015, ao adolescente Rubens Gabriel Demes Claro, conforme se transcreve: À vista do exposto, considerando que o(a) adolescente Rubens Gabriel Lemes Claro já atingiu a maioridade civil/criminal e, ainda, que o objeto de uma eventual ação socioeducativa seria inócuo, requeiro seja declarada a extinção da pretensão educativa do Estado e, em consequência, o ARQUIVAMENTO dos autos, com fulcro no art. 2º, parágrafo único, da Lei n.º 8.069/90 (ECA).

Miranda/MS, 03 de setembro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art.5º, § 2º, da Resolução nº43/2023-PGJ<sup>34</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0900008-57.2024.8.12.0015, à vítima, Srª. M.J.S, conforme se transcreve: À luz do exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul deixa de oferecer denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação.

Miranda/MS, 03 de setembro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

31 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

32 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

33 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

34 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art.5º, § 2º, da Resolução nº43/2023-PGJ<sup>35</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0000048-06.2020.8.12.0015, ao investigado Eduardo Ferreira dos Santos, conforme se transcreve: À vista do exposto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação, com supedâneo no artigo 18 do Código de Processo Penal, ressalvada a dicção do artigo 28 do mesmo codex.

Miranda/MS, 04 de setembro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art.5º, § 2º, da Resolução nº43/2023-PGJ<sup>36</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900389-02.2023.8.12.0015, à vítima/investigada S.R.L.A.C, conforme se transcreve: À luz do exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul deixa de oferecer denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação.

Miranda/MS, 04 de setembro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

## NIOAQUE

### EDITAL Nº 0021/2024/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000948-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Irmãos Mansura LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,35 hectares em área de Reserva Legal e de 3,99 hectares de vegetação nativa; bem como a construção de estrada de 850 metros de extensão, dos quais 280 metros atingiram Reserva Legal, na Chácara São Paulo Parte do Lote 88 - Área I, em Nioaque/MS, sem autorização ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 022/2ºGPM/1ºPEL/4ºCIA/BPMA/2023 e Relatório de Vistoria nº 004/2ºGPM/1ºPEL/ 4ºCIA/1ºBPMA/COAmb/2024.”

Nioaque, 2 de setembro de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES  
Promotora de Justiça

35 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

36 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



---

**NOVA ANDRADINA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>37</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0004868-67.2017.8.12.0017, em que constam como investigado A Apurar e vítima estabelecimento comercial denominado Lotnan Loteca Nova Andradina, conforme se transcreve: *"pela ausência de pressuposto processual ou de condição da ação para o exercício da ação penal, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal"*.

Nova Andradina-MS, 27 de agosto de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>38</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900667-94.2023.8.12.0017, em que constam como investigado A Apurar e vítima Djacir Seichas, conforme se transcreve: *"pela ausência de pressuposto processual ou de condição da ação para o exercício da ação penal, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal"*.

Nova Andradina-MS, 29 de agosto de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0003898-30.2018.8.12.0018, tendo como vítimas Angela Maria da Gloria, Allan de Farias Costa e José Vinha Neto, conforme se transcreve: *"Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a persecutio criminis in iudicio, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal."*

Finalidade: A cientificação da parte José Vinha Neto, uma vez que não manteve atualizados o contato telefônico e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 28 de agosto de 2024.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

---

37 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

38 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL N° 0016/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.  
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009586-7  
Requerente: Ministério Público Estadual;  
Requerido: Município de Ponta Porã/MS;  
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Alfredo Félix Pelusch- Abrigo "Seu Félix".

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0017/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.  
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009580-1  
Requerente: Ministério Público Estadual;  
Requerido: Município de Antônio João/MS;  
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Antônio João/MS "Érika Franco Sanabria".

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0018/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.  
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009583-4  
Requerente: Ministério Público Estadual;  
Requerido: Município de Aral Moreira/MS;  
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição Municipal de Acolhimento de Aral Moreira/MS - Casa Lar

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0019/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2024.00009588-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0020/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2024.00009590-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Unidade Educacional de Internação - UNEI Mitaí.

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0021/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2024.00009569-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Ponta Porã/MS

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0022/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2024.00009740-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Antônio João/MS;

Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas no serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes de Antônio João, referente ao ano de 2024.

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça



---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N 0027/2024/PJ/PTM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, abaixo especificado, o qual pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório n. 06.2024.00000741-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar informações sobre possível irregularidade no recebimento de diárias.

Porto Murtinho, 03 de setembro de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**EDITAL Nº 0032/2024/02PJ/RRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, Bairro Nossa Senhora da Conceição, Ribas do Rio Pardo/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000768-3.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Geraldo Mateus Campos Reis

Assunto: Apurar a degradação de vegetação da Área de Preservação Permanente – APP do córrego Água Limpa, dentro do imóvel rural “Fazenda Boa Aguada”, situado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, devido ao processo de assoreamento decorrente do carregamento do solo proveniente de processos erosivos, bem como o rompimento do aterro de represas existentes no local, além da constatação de 11,231 hectares de APP descaracterizada, sem cobertura vegetal ou área brejosa, nos moldes do Relatório de Fiscalização Ambiental nº 002/3ªCia/2ºBPMA/2024 e Parecer nº 112/24/Nugeo

Ribas do Rio Pardo/MS, 30 de agosto de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0033/2024/02PJ/RRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, Bairro Nossa Senhora da Conceição, Ribas do Rio Pardo/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000769-4.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Celso Henrique Pereira

Assunto: Apurar a supressão de 17,61 hectares de vegetação nativa remanescente, entre 07/12/2019 e 06/03/2020, no interior do imóvel rural “Fazenda Cambarú” (CARMS0039859), situado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, ora pertencente a Celso Henrique Pereira (CPF nº 246.414.698-65), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes..

Ribas do Rio Pardo/MS, 30 de agosto de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0034/2024/02PJ/RRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, Bairro Nossa Senhora da Conceição, Ribas do Rio Pardo/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000770-6.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Waldyr Tramontini Junior, Renildes Zanotto Tramontini

Assunto: Apurar a regularidade do desmatamento de 42,31 hectares, sendo 29,52 hectares, no período entre 27 de junho de 2011 e 09 de outubro de 2014, e 12,79 hectares, no período entre 21 de janeiro e 26 de abril de 2019, ocorridos no imóvel rural na "Fazenda Conquista e Ribeirãozinho", situada no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, pertencente ao Espólio de Waldir Tramontini e Ofrimel Participações Ltda., sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, nos moldes apontados no Parecer nº 113/24/Nugeo.

Ribas do Rio Pardo/MS, 30 de agosto de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça